

RELAÇÕES PÚBLICAS NA SOCIEDADE EM MUDANÇA

Cândido Tebaldo de Souza Andrade

(Conselheiro Consultivo da Federação Interamericana de Associações de Relações Públicas — Presidente da Comissão Interamericana para o Ensino de Relações Públicas — Livre-Docente da ECA/USP.)

A tendência da sociedade moderna é a de substituir a centralização pela descentralização e o empresariado, em geral, representa um dos mais importantes e decisivos fatores na aceleração das alterações pelas quais vem passando o mundo. As Relações Públicas têm a missão de ajudar a todos, inclusive os líderes políticos, a conhecerem melhor a realidade que atravessamos, num trabalho de pesquisa e assessoramento, baseado na busca do equilíbrio entre o interesse privado e o interesse público. Quanto à chamada “democratização do ensino” deve estar subordinada à distribuição honesta de oportunidades de educação e não pela massificação demagógica. No campo universitário, impõe-se o abandono dos métodos autoritários e despersonalizantes para que, em lugar deles, haja o diálogo aberto com os alunos.

Estamos vivendo o período de constantes modificações nos campos políticos, econômico, educacional e tecnológico — aqui e em toda parte do mundo — o que significa e implica acelerada mudança social, apesar da apreciável resistência que as chamadas classes conservadoras e as lideranças políticas mais reacionárias oferecem a esse câmbio, a título de segurança e tranquilidade e, principalmente, a propósito de desenvolvimento.

É possível ao homem, como ser racional, agir de forma precipuamente não-racional, repetindo e mantendo hábitos e costumes, governando-se por instintos e intuições, obedecendo à “lei da selva”, unicamente voltado para sua sobrevivência física e para seus interesses egoísticos? Se a pessoa natural não se renovar e não se adaptar às novas condições de vida, nem mesmo em sua “toca” ou em seus “castelos”, encontrará abrigo e proteção.

A transformação da sociedade contemporânea se apresenta, principalmente por intermédio das tendências de substituir a centralização pela descentralização, o rígido pelo flexível, o poder pela participação, o dogma pela controvérsia, a tradição pela experimentação, o padronizado pela criação, a ação individual pelo trabalho de equipe, a quantidade pela qualidade, a imagem pelo conceito, o formal pelo espontâneo, a complexidade pela racionalização, o radicalismo pela tolerância e, em resumo, o egoísmo tacanho pelo egoísmo esclarecido.

Não se pode e não se deve negar que o empresariado em geral, em todo o globo terrestre, representa um dos mais importantes e decisivos fatores na aceleração das alterações sociais, por força de suas próprias necessidades e em resposta aos anseios da coletividade. A capacidade de ação dos homens de negócios, no caminho do desenvolvimento econômico, favorece, determina e promove a mudança em nossas estruturas, com repercussão sensível nas aspirações dos mais legítimos valores humanos.

A ação ou omissão dos empresários no que diz respeito a sua responsabilidade social será o grande árbitro, que irá decidir os destinos das organizações e instituições. Em nossos dias, observa-se a propensão por parte do empresariado progressista em admitir e mesmo aceitar a função social de seus negócios, desde que o poder econômico sem a participação social, acabará por destruir-se a si mesmo. Efetivamente, as empresas privadas são também cidadãs da comunidade, com direitos e deveres iguais a de qualquer cidadão. Todos reconhecem que o progresso social jamais entrará o crescimento econômico. As empresas não podem esquecer os valores não-econômicos. A época da primazia absoluta do desenvolvimento econômico já não tem mais razão de ser, pelo menos na prioridade em que foi colocada pelos "marquetas" e tecnólogos. Ao contrário, a harmonia e o equilíbrio entre o progresso social e o econômico representam, fielmente, o aceleração do desenvolvimento em geral. A complexa constelação das questões sócio-econômicas está a aguardar a criação generalizada de públicos em lugar das sedentas massas consumidoras, para que possam discutir as controvérsias públicas, a fim de se encontrar soluções, que devam satisfazer a evidência, que os legítimos públicos esperam e têm o direito de esperar. As expectativas dos públicos devem ser transformadas em realidade, após encontrar a "evidência pública", por meio de instrumentos honestos e adequados.

É ingênuo, senão perigoso, enfrentar as pressões populares, refugiando-se na triste e obsoleta "política do caramujo". As reações dos públicos têm de ser conhecidas, depois plenamente estudadas e identificadas, e dentro de um programa de ação ajustada e revisadas para atender aos seus justos reclamos. Os valores econômicos somente poderão ser justificados e preservados pela sua adaptação flexível e contínua às aspirações dos públicos.

As empresas como instrumento social

Alguns empresários ainda não perceberam que houve uma alteração sensível na sociedade contemporânea e que, em consequência, as empresas, pouco a pouco, passam a servir como instrumento social, por meio do qual as pessoas, grupos e nações, poderão satisfazer as suas necessidades mais prementes e aguardar, com esperanças, a concretização de outras aspirações legítimas.

Faltou aos homens de negócios inspiração, convicção e, principalmente, assessoria para assumir as suas responsabilidades sociais. Foram incapazes de entender que a intervenção estatal, cada vez mais crescente em todo o mundo, é produto da omissão dos empresários frente às questões que interessam a toda uma coletividade.

Tornou-se assim inevitável que o Estado se fizesse presente nos negócios privados, procurando ordenar os interesses egoístas, bem como suprir as lacunas deixadas pelos dirigentes empresariais dentro da sua visão estreita no mundo dos negócios. Em consequência, os Estados ficam cada vez mais poderosos, enquanto os homens de empresa, dentro de seus "refúgios", pregam a livre iniciativa, sem oferecer nada que possa, realmente, integrar a ordem econômica na ordem social. As elites empresariais, ao lado das classes trabalhadoras, têm de reconhecer que não são meros dirigentes de empresa, mas construtores da economia nacional.

Qualquer atividade humana, que deseja desenvolver-se, deve estar preparada para acompanhar e, muitas vezes, orientar a procura e a identificação do interesse social. Relações Públicas têm essa missão, no sentido de ajudar os empresários e líderes políticos a conhecer melhor a realidade que atravessamos, num trabalho de pesquisa e assessoramento, calcado na busca do equilíbrio entre o interesse privado e o interesse público. Esse processo de interação de interesses legítimos caracteriza e justifica o exercício de Relações Públicas em qualquer empresa ou instituição. Aqui e agora, é oportuno recordar a definição operacional de Relações Públicas, mais conhecida por "Acordo do México" quando reza: "O exercício profissional de Relações Públicas requer ação planejada, com apoio na pesquisa, na comunicação sistemática e na participação programada, para elevar o nível de entendimento, solidariedade e colaboração entre uma entidade e os grupos sociais a ela ligados, num processo de interação de interesses legítimos, para promover seu desenvolvimento recíproco e da comunidade a que pertencem."

Assim, a meta de Relações Públicas é elevar o nível de entendimento, solidariedade e colaboração entre uma entidade e os grupos sociais, tendo em vista o desenvolvimento global da entidade (empresas privadas e órgãos governamentais), grupos sociais (públicos a serem

formados) e comunidade em todas suas significações. No procedimento administrativo, os empresários e políticos necessitam ter habilidade e discernimento no levantar controvérsias, discuti-las, interpreta-las e defini-las, assumindo desse modo a responsabilidade pelo encaminhamento das soluções, alternativas e prioridades, em busca de uma atitude comum, expressa por uma tomada de decisão ou uma opinião coletiva.

Anseios legítimos da coletividade

Não se pode esquecer que a ação conjugada — como forma o instrumento de desenvolvimento — é o esforço deliberado despendido por pessoas de um grupo ou organização, que reflete as expectativas dos seus próprios membros. Essas expectativas devem corresponder aos anseios legítimos da coletividade e serem traduzidas em realidade compatível com os fatos.

Coletando e interpretando dados, identificando necessidades e falhas, sugerindo reformulações de diretrizes e métodos de trabalho estimulando atividades de coordenação, inspirando estratégias de atuação, integrando idéias e conceitos, levantando controvérsias, criando oportunidades para a discussão pública, assessorando, enfim, a política administrativa das empresas e órgãos públicos as Relações Públicas estabelecem condições mínimas para o diálogo planejado e permanente entre a cúpula administrativa e os grupos ligados, direta ou indiretamente, às organizações ou instituições.

Como instrumental da controvérsia, da discussão pública e do diálogo, as Relações Públicas — como poder administrativo controversial — constituem o determinante inicial e preciso para o desenvolvimento do processo gerador de públicos e, conseqüentemente, da opinião pública.

Leo J. Northat, editor da revista "Public Relations Journal", escreveu: "Os executivos gastam 35% do seu tempo no lidar com problemas, que são praticamente da esfera de Relações Públicas, problemas esses produzidos pelas controvérsias públicas. A maioria dos dirigentes de empresa, que fala singelamente, do seu pessoal de Relações Públicas, exige profissionais que possam identificar e medir as pressões internas e externas e que sejam hábeis em aconselhar. As pressões criam problemas; as pressões se originam das controvérsias públicas".

Entendemos que a Administração de Controvérsia Pública abre novas perspectivas e novos níveis de atuação para as Relações Públicas, pois ela criará condições para que os profissionais de Relações Públicas possam participar, de modo permanente e mais significativo, no processo decisório dos altos escalões das empresas e da administração governamental. Esse novo campo da Administração, inegavelmente oriundo das Relações Públicas, permitirá aos profissionais de RR.PP. melhor trabalho

de assessoria e pesquisa, transformando-os de açodados executantes de comunicação ou infelizes mercadores de imagem em corretos administradores de Relações Públicas.

Surgimento do “poder estudantil”

No Brasil e fora dele, por muito tempo, os estudantes constituíam uma “casta” de jovens privilegiados, bem alimentados, bem vestidos, de linguajar difícil, olhados com indulgência e compreensão pelas autoridades e pelas classes abastadas, porém vistos pelos operários e camponeses com hostilidade e aversão, pois eles os consideravam e os chamavam de “filhinhos de papai”. Por outro lado, a Universidade, situada fora do tempo, das lutas políticas e das reivindicações populares, era apreciada como a velha e respeitável senhora, um pouco ultrapassada e quase “quadrada”, à qual se prestava apenas uma atenção distraída e momentânea.

Hoje, começa a surgir o que poderíamos chamar de “poder estudantil”, de aspecto emocional em suas primeiras manifestações, mas que começa a constituir-se em uma força não muito organizada, que poderá criar condições no sentido de colaborar para reformas radicais na sociedade brasileira.

Os universitários, que partiram da necessidade de mudanças totais nas estruturas acadêmicas, inclusive na composição efetiva dos colegiados universitários, atualmente reivindicam o poder político, pelo menos na qualidade de partícipes ativos. Justificam os estudantes essa “reivindicação do poder”, mostrando que as enormes transformações operadas no campo social em geral estão repercutindo, intensamente, sobre as estruturas de ensino e das universidades.

Da mesma forma, os próprios professores universitários, cientes e conscientes de suas responsabilidades frente ao País, começam a propor a criação de um novo poder institucional, que seria denominado “poder cultural”. A primeira semente, nesse sentido, foi apresentada pelo saudoso Paulo Emílio Salles Gomes, que, logo após aos acontecimentos de 1968, dizia: “Será preciso criar e corporificar a idéia da Universidade Brasileira. O novo corpo seria constituído, inicialmente, pelas universidades brasileiras federais, estaduais e religiosas e sua autoridade emanaria exclusivamente delas. A sede da Universidade Brasileira, como a de outros poderes, seria na Capital da República. Trata-se de dar significado ao chamado poder espiritual das Universidades, concedendo-se à Universidade Brasileira uma soma de poder sobre os espíritos.”

Por longo tempo admitiu-se que o ensino universitário servia como forma de discriminação social, pois somente os “filhinhos de papai” conseguiam ingressar nas faculdades. Hoje, com a adoção do vestibular

classificatório, o aumento do número de vagas e a existência dos cursos noturnos em grande quantidade, afirma-se que caminhamos para a democratização do ensino superior, o que, a nosso ver, não é verdadeiro.

Distribuição honesta de oportunidades para a educação

A chamada “democratização do ensino” deve estar subordinada à distribuição honesta de oportunidades de educação e não pela massificação demagógica, que representa mera expressão estatística, responsável pelo baixo nível das escolas superiores e secundárias. É oportuno que se diga, esse baixo padrão e as deficiências apontadas do ensino universitário não constituem privilégio da área de Comunicação, como muitos escreveram e falaram, numa autêntica campanha de descrédito dirigida contra os cursos de Comunicação Social.

A respeito daquela questão, Carlos Chagas escreveu no jornal **O Estado de S. Paulo** de 22 de maio de 1983: “Uma cadeia de erros prejudica a Comunicação Social, mas apenas ela sofre os efeitos de um mau ensino primário e, pior ainda, de um péssimo ensino médio. Dificuldades de raciocínio seriam estigma dos que passam só pelos cursos de Comunicação, equivale dizer, seus professores estariam seguindo às avessas a missão para a qual se destinam, a exemplo de conhecido animador de televisão, que diz apresentar-se para confundir, não para explicar. Ainda que verdadeira essa estultice, não repousaria a saída na melhoria dos padrões de ensino, na reforma dos currículos e, principalmente — numa rigidez e numa seleção férrea de candidatos e de alunos.”

Atualmente, o direito que cada pessoa tem de ser educado, por intermédio da ação direta ou indireta do Estado, é fato recente e apenas na segunda metade deste século admitido como questão de interesse público. Haverá educação por meio de entidades particulares, mas o grande empreendimento terá de ser obra do Estado, pois a educação não poderá mais ser considerada necessidade individual, mas clara e cristalinamente, uma necessidade coletiva e um investimento de pronto retorno, tendo em vista o desenvolvimento global. Contudo, nenhuma outra forma de exercício de interesse social exigirá tanto do Estado quanto a educação. A própria criação e a manutenção das escolas serão conseqüências da formação de autênticos públicos, que irão tomar as decisões a respeito dos problemas educacionais e pôr-se a caminho para a ação conjugada na realização efetiva de suas tomadas de decisão.

Afinal de contas, a educação é muito séria e importante para que meia dúzia de entendidos, em seus gabinetes, disponham e decidam sobre ela, sem ouvir os interessados. E como o exemplo deve partir de casa, segundo um ditado muito conhecido, pediria aos meus colegas de magistério que meditássemos juntos sobre estas palavras do Papa publicadas na edição da **Folha de São Paulo** de 12 de dezembro de 1971: “O Papa Paulo VI pediu, ontem, a 300 professores católicos, a quem concedeu audiência coletiva no Vaticano, que abandonem os métodos autoritários, despersonalizantes e massificadores da sociedade atual e procurem um diálogo aberto com seus alunos...”.